

Comissão de Orçamento não levará em conta meta de déficit

BRASÍLIA — Na sua primeira reunião formal, a Comissão de Orçamento e Finanças do Congresso definiu os critérios pelos quais vai trabalhar até a aprovação do Orçamento Geral da União de 1989. O Relator da Comissão, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), disse, logo após a reunião, que a Comissão se conduzirá com total independência do Poder Executivo. Segundo o Relator, nem mesmo a meta do Governo para o déficit público do próximo ano será considerada.

— A Comissão não tem nenhum comprometimento com a meta de déficit público de 2% do Produto Interno Bruto. Nosso comprometimento é com a transição para a normalidade, onde o déficit entra sob o aspecto político — disse o Senador paraense.

O Presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), concorda com o Relator, lembrando que as limitações da Comissão existem apenas em matéria constitucional.

De acordo com Presidente e Relator, a Comissão de Orçamento e Finanças poderá até mesmo aumentar



Almir Gabriel, Relator da Comissão

as despesas, desde que promova novas fontes de receita para cobrir os gastos adicionais. A primeira preocupação dos membros da Comissão, manifestada na reunião de ontem, será de obter fontes de recursos para cobrir as subvenções aos parlamentares que foram cortadas pelo Ministério do Planejamento com a "Operação Desmonte".

O Deputado Cid Carvalho explica que o montante das subvenções, que deve chegar a CZ\$ 4 bilhões, poderão ser cobertas pela reserva de contingência. O Presidente da Comissão defende a manutenção desta dotação orçamentária, existente desde 1948, para que programas assistenciais mantidos por deputados e senadores não sejam interrompidos.

Os programas sociais do Governo também foram defendidos pelos membros da Comissão. O Senador Almir Gabriel disse que o papel do Congresso é fazer a revisão de decisões técnicas, a partir de premissas políticas.

Na reunião de ontem foram indicados os sub-relatores para cada anexo do Orçamento. Dos 36 itens da planilha orçamentária, 20 ficaram com parlamentares do PMDB, cinco com o PFL, quatro com o PSDB, dois com o PDS e um com o PDT. Faltam ainda relatores para os anexos do Tribunal de Contas da União e para os Ministérios da Cultura, Reforma Agrária e Justiça.